CNPJ: 95.684.544/0001-26

Oficio de nº 190/2024.

Santa Maria do Oeste, 11 de outubro de maio de 2024.

Tiago Variza

Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria do Oeste

Assunto: Projeto de Lei nº 020/2024

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Submetemos à apreciação plenária o Projeto de Lei nº 20/2024 que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidade que desenvolva serviço de Acolhimento a Idosos.

Em face da relevância da medida proposta, solicitamos a apreciação em regime de urgência nos termos do art. 117§2º e art. 126, parágrafo único do Regimento Interno dessa respeitável casa, plenamente justificada.

Ante ao exposto, coloco-me à inteira disposição dessa lídima Presidência para quaisquer outros esclarecimentos que fizerem necessários, renovando, ao ensejo, os protestos de minha elevada consideração e declarado respeito.

Santa Maria do Oeste, 11 de Outubro de 2024.

OSCAR DELGADO

Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI N.º 020/2024

EMENTA: Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidade que desenvolva serviço de Acolhimento a Idosos.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, OSCAR DELGADO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta à Judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Santa Maria do Oeste autorizado a firmar Termo de Colaboração com a INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS ASILO SÃO LOURENÇO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 77.649.119/0001-14.

Parágrafo Único. A entidade deve possuir, obrigatoriamente, registro vigente no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do município onde está estabelecida e atender aos dispostos na Resolução 109/2009 CNAS, na Lei 8.742/1993, na Lei 11.863/1997 (Estatuto do Idoso).

Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à conveniada para despesas conforme estabelecido em Plano de Trabalho, previamente aprovado.

Art. 3º A aquisição de vagas de que trata o artigo anterior somente poderá contemplar idosos usuários da política de assistência social cujas possibilidades de inserção familiar e comunitárias estejam esgotadas e que não tenham condições de proverem os cuidados necessários.

Art. 4º As vagas a serem adquiridas dar-se-ão através de autorização emitida pela Secretaria de Assistência Social, mediante parecer técnico de Assistente Social, limitando o número de 10 (dez) acolhimentos simultâneos.

Art. 5º Os valores a serem despendidos nas aquisições das vagas de que trata o artigo anterior ficam limitados a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para cada pessoa abrigada.

Art. 6º. Para cobrir as despesas desta Lei, o Município utilizará o orçamento próprio da Secretaria Municipal de Assistência Social nas atividades do Departamento de Proteção Social Especial e Básica.

Jan



Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, outubro de 2024.

Oscar Delgado

Prefeito



JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Executivo Municipal a firmar Termo de Parceria com a Instituição de Longa Permanência dos Idosos Lar São Lourenço — São João do Ivaí/PR.

Justifica-se a formalização de convênio para repasse dos valores mensais a instituição, conforme plano de trabalho em anexo, tendo em vista a ausência de instituição dentro do âmbito do Município de Santa Maria do Oeste que preencha os requisitos necessários para cumprimento da demanda, e, caso o Município não realize os repasses para custeio de despesas dos respectivos idosos desta Municipalidade, estes serão desabrigados e encaminhados novamente ao Município, ficando assim desamparados.

O Município já mantém contrato administrativo com tal instituição, sendo que, atualmente 5 idosos já são assistidos, porém, com o eminente vencimento deste, e pelas regras da NLLC já não suporta mais aditivos, optou-se por outra forma de manutenção dos serviços que não gerem tantos entraves e seja mais conveniente e seguro ao interesse público.

Assim sendo, o custeio via convênio dos serviços de atendimento e acolhimento institucional para os idosos irá proporcionar mais segurança e possibilitará o aumento do número de vagas, limitadas a 10, para a melhor qualidade de vida aos beneficiados, proporcionando um acolhimento com base em princípios éticos, humanitários e de responsabilidade social, garantindo um envelhecimento digno e saudável a estes.

Santa Maria do Oeste, 11 de outubro de 2024.

Oscar Delgado

Prefeito Municipal



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candetti CEP: 86930-000

São João do Ivai/PR

CNPJ: 77.649.119/00 1-14 Celular: (43) 98409-0147 e-mail: asilosaolourencosji@outlook.com

ESTATUTO SOCIAL

O Lar São Lourenço situado no Município de São João do Ivaí PR, foi fundado no dia 25 de Junho 1977, inscrito no CNPJ sob nº 77.649.119/0001 - 4. Promove alterações de seus atos constitutivos, por decisão de seus associados, ar ovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 04/10/2022, regendo-se coravante pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável e pelo Regimento Interno, passando a vigorar, doravante os seguintes termos:

TÍTULO I - A DEMONINAÇÃO, OS FINS DA SEDE.

Art. 1º - O LAR SÃO LOURENÇO, é uma Entidade beneficente filantrópica, apolítica e sem fins lucrativos econômicos, pessoa jurídica de direito privido, fundado em 25 de Junho de 1977, com natureza de Instituição de Longa Perman encia para Idosos - Lar São Lourenço e que tem por objetivo acolher pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, ambos os sexos, sem distinção de raça, ideologia político partidário ou credo religioso

Art. 2º- O tempo de duração da Instituição é indeterminado ∈ tem sua sede na Rua Santa Catarina nº 260, Jardim Candotti, no município de São oão do Ivaí, Estado do Parana, Brasil.

Art. 3º - O cumprimento de seus objetivos está voltado à premoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, dessa forma o Lar S lo Lourenço acolherá e manterá pessoas idosas com vínculo familiar fragilizado ou ron pido, bem como idosos que não possuem suporte familiar, executando serviços, progremas, projetos sociais e culturais e beneficios socioassistenciais, de forma onerosa, n as sem fins lucrativos, sendo de caráter continuado prolongado.

TÍTULO II - DOS ORGÃOS DA ILPI - LAR SÃO LOURENÇO

Art. 4º - São órgãos da Associação

I - Assembleia Geral:

II – Conselho Deliberativo,

III - Conselho Fiscal;

IV - Conselho Diretor.

a) DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 5° - A Assembleia Geral será constituida por todos os membros da associação e reunir-se á uma vez por mês, na segunda quarta-feira de cada mês e ordinariamente no dia 03 do mês de Março de cada ano, às 19 horas, em primeira chamada e ás 19:30 em segunda chamada, ou, extraordinariamente, quando convo ada pelo Presidente de



INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA PARA DOSOS

Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Car dotti CEP; 86930-000 São João do Ivai/PR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77,649.119/001-14

e-mail: asilosaolourencosji@outlook.com

um dos referidos Conselhos, ou por solicitoção firmada pelo menos por 1/5 (um quinto) dos associados que estejam em dia com as suas obrigações cociais.

Art. 6º A Convocação da Assembleia Geral será por meio de edital, contendo data, horáno, local e pauta, afixado na sede do Lar São Lourenço e/ou enviado por outros meios convenientes a todos os associados que compõe o conforme art. 5 deste Estatuto.

I – De regra geral com antecedência de 08 (oito) dias;

II – ou com intendência de 30 (trinta) dias, para hipótese de c⊡nvocação de eleições.

Parágrafo 1º - todas as reuniões marcadas para essa data e consequentemente, o início e o termino dos mandatos serão transferidos para o primeiro dia útil subsequente, quando recairem em sábados, domingos e feriados.

Art. 7º - A Assembleia Geral instalar-se a em primeira convecação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de seus membros e deliberara sebre os constates no edital de convocação, por maioria dos votos, salvo os casos previstos de forma diferente neste Estatuto.

Art. 8° - A Assembleia Geral Ordinária é presidida pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho Deliberativo ou, por delegação desses, pelo Presidente do Conselho Diretor em se tratando de Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 9º - O Presidente da Assembleia Geral só votará em cas i de empate na votação.

Art. 10 - Compete privativamente à Assembleia Geral.

I - Eleger os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretor;

II — Destituir, por meio de voto pessoal e intransferível, os Conselhos Deliberativo, Fiscal e Diretor ou qualquer um dos seus integrantes, por falta grave, conferindo-lhes direito a previa e ampla defesa, conforme previsão esta utária de instauração de Procedimento Disciplinar, pelo voto, no mínimo 2/3 (dois terços) dos integrantes dos associados.

III – Alterar este Estatuto, por deliberação majoritária da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim. por voto pessoal e htransferível, presentes no mínimo 2/3 (dois terços) dos integrantes na Assembleia Geral, que são os membros do Conselho da Pastoral Paroquial;

 IV – Examinar as contas apresentadas com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa, aprovando-as ou não;

V - Deliberar sobre a alienação dos beas móveis e imóvei , nos termos do parágrafo unico do Art. 35 deste Estatuto

VI – Dar posse, por meio de seu Presidente, aos Conselheiros eleitos para o Conselhos Deliberativos, Fiscal e Diretor,



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candotti
CEP: 86930-000 São João do Ivai/FR
Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/ 001-14

e-mail: asilosaoloure cosji@outlook.com

VII - Deliberar sobre a extinção do Lar São Lourenço.

b) DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 11 - O Conselho Deliberativo é constituido por 12 membros não integrantes do Conselho Fiscal e Diretor, dentre eles um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Paragrafo único – Além dos 12 Conselheiros eleitos, também terão parte do Conselho Deliberativo como membros permanentes, todos os ex-i residentes do Conselho Diretor, desde que não estejam no exercício de qualquer ca go eletivo dos Conselhos Fiscal e Diretor.

Art. 12 - Os membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Diretor, poderão ser conduzidos reiteradamente.

Art. 13 - O Conselho Deliberativo reunir-se à por convocação de seu Presidente ou dos Presidentes dos Conselhos Fiscal e Diretor.

Art, 14 -Compete ao Conselho Deliberativo:

 Revogar ou alterar, por volta de 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, decisões do Conselho Diretor, quando essas vieram a contrariar, dire a ou indiretamente, este Estatuto, os interesses ou as finalidades da Entidade;

 II – Assumir a direção da Instituição e realizar nova eleição, no prazo de 30 (trinta) dias, em caso de demissão ou renúncia coletiva dos membros do Conselho Diretor,

III – Apreciar os atos do Conselho Fiscal e Diretor e convoca-los para prestar esclarecimentos, sempre que julgar necessário.

c) DO CONSELHO FISCAL

Art.15 - O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral de preferência com habilitação em área contábil sendo o Presidente e o Secretario aqueles já indicados na ocasião la apresentação da chapa eleitoral.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá mandato de dois anos, com início e fim no dia 03 do mês de Março dos anos pares, podendo seus membros serem reconduzidos.

Paragrafo 2º - O Conselho Fiscal reun r-se a, ordinariamente uma vez por ano até o dia 30 de Janeiro e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou Presidentes do Conselho Deliberativo ou Diretor.

Art.16 - Compete ao Conselho Fiscal



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candotti
CEP: 86930-000 São João do Ivai/FR
Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

e-mail: asilosaolourencosji@outlook.co

 I – Examinar, sempre que atender necessário a documenta ão e sua forma contábil, conferir os valores em depósitos bancários e os existentes na tesouraria;

II – Examinar e emitir parecer, até trinta de Janeiro le cada ano, sobre as demonstrações contábeis, as quais ficarão na Secretaria a Disposição dos Conselheiros, para exame, até serem submetidas ao Conselho Deliberativo;

Parágrafo único - Ao suplente do Conselho Fiscal compete substituir os membros titulares.

d) DO CONSELHO DIRETOR

Art. 17 - O Conselho Diretor é o órgão que administra o Lar São Lourenço e assim se compõe.

- Presidente e Vice Presidente;
- II -Tesoureiro e Segundo Tesoureiro
- III Secretário e Segundo Secretário:
- V Curador.
- Art. 18 O Conselho Diretor terá mandato de 02 (dois) anos, com inicio e fim no dia 03 do mês de Março dos anos pares, não podendo seus membros serem reconduzidos.
- Art. 19 O Conselho Diretor decidirá sobre suas reuniõ∈s e as resoluções serão tomadas por maioria com a presença mínima de 03 (três) dos seus membros, votando o Presidente em caso de empate
- Art. 20 Compete privativamente ao Conselho Diretor:
- I Administrar o Lar São Lourenço com amplos poderes, respeitadas as restrições estatutárias;
- II Deliberar sobre projetos e assuntos a ele submetidos, daterminando medidas que visem a aprimorar o atendimento aos idosos mantidos pela Instituição;
- III Submeter à Assembleia Geral as demonstrações con ábeis, com o parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa, para aprovação ou não;
- IV Apresentar na reunião ordinária de Assembleia Ge al o plano de ação em execução e as metas para o ano seguinte
- V Criar, extinguir e alterar regimento, regulamentos e normas do Lar São Lourenço;
- VI Deliberar sobre admissão, demissão e reajustes sala lais de empregadores da Entidade e suas Instituições



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Cardotti CEP: 86930-000

São João do Ivai/FR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/1001-14

e-mail: asilosaolour mcosji@outlook.co

VII - Deliberar sobrea contratação e a rescisão contratual de serviços prestados à Entidade, remunerados com no valor igual ou superior de 11 a 02 salários mínimos nacionais, por profissionais autônomos, empresas, coopera vas, após exame de, no minimo, três orçamentos;

VIII - Deliberar, por meio de voto que conste nominalmente na ata da reunião, sobre compra e venda de bens móveis e imoveis, com valores inferiores ao previsto no parágrafo único do Art. 35, deste Estatuto.

IX – Homologar as inscrições das chapas eleitorais;

X - Aprovar ou não nomes de candidatos indicados ao quadro de associados;

XI - Resolver os casos omissos e propor à Assembleia Geral as modificações que se fizerem necessárias neste Estatuto.

Art. 21 - São atribuições do Presidente de Conselho Diretor:

I - Convocar as reuniões da Assembleia Geral, dos Consellos Deliberativo e Fiscal e as reuniões do Conselho Diretor,

II - Presidir as Assemblelas Gerais Extraordinárias, por de egação do Presidente ou Vice - Presidente do Conselho Deliberativo e as reuniões do Conselho Diretor;

III - Colocar à disposição do Conseiho Fiscal e da Auditor a Extrema, para exame e parecer, anualmente e até o final co mês de Março a documentação e as demonstrações contábeis;

IV - Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as resoluções da Assembleia Geral e dos Conselhos Deliberativo e Diretor:

V - Administrar o Lar São Lourenço cura amplos poderes respeitando as restrições estatutánas:

VI – Representar o Lar São Lourenço, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, casos em que poderà identificar-se como Presidente do Lar São Lourenco:

VII - Assinar, juntamente com o Tescureiro ou Segundo - Tesoureiro, cheques, recibos, contratos, promessas, escrituras de compra e ven la ou qualquer documento que envolva movimentação de fundos ou valores, com observância dos artigos 9º inciso VI e 35 paragrafo único, deste Estatuto

VIII - Tomar decisões de competência privativa do Corselho Diretor na primeira reunião deste, para que tal decisão seja ratificada ou revogada;



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candotti CEP: 86930-000

São João do Ivai/FR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/001-14

e-mail: asilosaoloure (cosji@outlook.com

Parágrafo 1º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos eventuais e assessorá-lo em todas as realizaç: ∋s,

Parágrafo 2º - Compete ainda, ao Vice-Presidente assumir a presidência da Instituição do Presidente ou vacância do cargo, convocando Assembleia Geral extraordinária para a eleição de novo titular, dentro de 30 (trinta) dias, caso faltern mais de 06 (seis) meses para a conclusão de respectivo mandato.

Art. 22 - São atribuição do Tesoureiro

Zelar pela Integridade financeira da Associação;

II - Assinar em conjunto com o Presidei te ou Vice-Presid nte do Conselho Diretor, cheques, recibos, contratos, promessas escrituras de con ora e venda ou qualquer documento que envolva movimentação da fundos ou valores

Parágrafo único - Ao segundo tescureiro compete substituir o tescureiro nos seus impedimentos e auxilia-lo em todas as atividades afins.

Art. 23 - São Atribuições do Secretário: redigir e manter em dia as atas de reuniões do Conselho Diretor.

Paragrafo Único - Ao Segundo Secretário compete substituir o Secretário nos seus impedimentos e auxiliá-lo em todas as atividades afins.

Art. 24 - São atribuições do Diretor Financeiro:

- I Fiscalizar as atividades desenvolvidas na área contábil e Inanceira;
- 11 Conferir e assinar, juntamente com o Assistente Finar ceiro e o Superintendente Executivo, os documentos que lastreiam todos os cheques e nitidos pela Instituição;
- III Fiscalizar os assuntos descritos nos incisos II, III, I / e V do artigo 35 deste Estatuto:
- IV Submeter à apreciação do Conselho Diretor tudo o que diga respeito as suas atribuições.

Art. 25 - São Atribuições do Curador representar, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, os moradores do La São Lourenço que sejam ou venham a ser judicialmente interditados.



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Car dotti CEP: 86930-000 São João do Ivai/FR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

e-mail: asilosaolour ncosji@outlook.co

TITULO III - OS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXECUÇÃO DE ASSOCIADO.

Art. 26 - É considerado associado toda e qualquer pessoa i sica maior de idade, cujo nome tenha sido aprovado pelo Conselho Diretor.

Parágrafo Único - Será automaticamente considerado associado licenciado durante todo o exercício de seu mandato, aquele que assumir qualcuer cargo eletivo político-partidário

Parágrafo Único – Será excluído por justa causa o membro que, dentre outros motivos, prejudicar ou usar indevidamente o nome da Enticade, deixar de cumprir as obrigações estatutárias e as decisões dos Conselhos e da Assembleia Geral.

TITULO IV - DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 27 - São direitos dos associados:

- I Participar das Assembleias Gerais, votar e apresentar propostas;
- II Solicitar ao Conselho Diretor informações sobre medidas ou atos que estejam sendo desenvolvidos junto ao Lar São Lourenço.
- III Solicitar ao Conselho Diretor na forma prevista no Art. 5 (quinto) deste Estatuto a convocação da Assembleia Geral;
- IV Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após 02 (dois) anos de tempo a contar da data de sua admissão como associado, desde que em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 28 - São deveres dos membros:

- I Colaborar com a entidade em trabalhos que sejam do interesse desta;
- II Comparecer às reuniões para as quais forem convocado
- III Informar ao Conselho Diretor no prazo de 30 (trinta) dus após a entrada em vigor do presente Estatuto, endereço de correio eletrônico, e-meil, por meio do qual possa ser convocado para reuniões, votar e ser informado de assuntos gerias de interesse do Lar São Lourenço.
- IV Não interferir direta ou indiretamente nos atos de atribu ção do Conselho Diretor ou nos atos a serem praticados ou não pela Diretoria do Lar São Lourenço.



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candotti CEP: 86930-000

São João do Ivai/FR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

e-mail: asilosaolourencosji@outlook.com

TITULO V - AS FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO

Art. 29 - Para sua manutenção o Lar São Lourenço contar i com recursos materiais provenientes das seguintes fontes:

I - Participação mensal dos internos do Lar São Lourenço ou de seus familiares ou responsáveis, com 70% (setenta por cento) de qualquer beneficio previdenciário ou de assistência social recebido pelo idoso;

II – Campanhas de fundos;

III - Subvenções públicas;

IV – Auxilio de empresas privadas;

V – Alugueis ou rendimentos de bens môveis ou imóveis;

VI – Resultados de aplicações financeiras;

VII - Doacões a qualquer titulo;

VIII - Valores provenientes do fundo do idoso e de convênio: com quaisquer entidades de direito público ou privado;

X - Rendas eventuais.

TITULOS VI – ALTERAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTARIAS E DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 30 - Este Estatuto poderá ser alterado por deliberação majoritária da Assembleia Geral, por meio de declaração em ata, de voto pessoal e intransferível de no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados.

Art. 31 – A associação se extinguirá por deliberação majoritária da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fini por meio de declaração em ata, de voto, pessoal e intransferivel com a presença de no mínimo de 5/6 (cinco sextos) do total de seus membros.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou extinção da entidade o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ou a uma entidade de utilidade pública, a critério da Instituição.

TITULO VII - DO PATRIMONIO



CEP: 86930-000

Rua: Santa Catarina, 261 Bairro: Jardim Candotti São João do Ival/FR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

e-mail: asilosaoloui a cosji@outlook.co

I - Os moveis ou propriedades de sua posse e os que vierem a ser doados, legados ou adquiridos:

II - Alugueis ou rendimentos de bens môveis ou imóveis de s la propriedade ou posse;

III – Resultados de aplicações financeiras.

IV – Doações;

V - Valores provenientes do Fundo do Idoso, bem como de convênios com quais entidade:

VI - Outros bens ou recursos que se integrarem a sua posse ou propriedade.

Parágrafo Único - Os bens móveis e iméveis do Lar São Li urenço com valor superior a 200 (duzentos) salários mínimos nacionais somente poderão ser alienados, permutados ou gravados com autorização da Assembleia Geral convocada única e exclusivamente para esse fim, por meio de voto pessoal, intransferivel e declarado expressamente na ata da reunião de no mínimo 2/3 (dois ter os) de todos associados.

TITULO VIII - DAS VOTAÇÕES E ELEIÇÕES

Art. 33 - Em caso de força maior e excetuando-se os casos previstos de forma diferente neste Estatuto, os associados poderão votar por meio de procurador, correio eletrônico, fax, ou por qualquer outra forma de correspondê cia escrita, enviada para a Secretaria do Lar São Lourenço, até as 16 (dezesseis) ho as do dia marcado para a Assembleia Geral ou reunião do Conselho Deliberativo;

Art. 34 - As eleições serão realizadas no dia 03 do mês de Março dos anos pares, mas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quendo recaírem em sábados, domingos ou feriados.

Art. 35 - O associado que desejar concorrer a qualquer cargo eletivo dos Conselhos Deliberativos, Fiscal ou Diretor, deverá formar uma chapa completa, indicando nomes de associados como candidatos a todos os cargos do Conselho a que se candidatarem e protocolar na Secretaria do Lar São Lourenço, até o últir o dia útil do mês de março anterior ao dia da eleição, requerimento de homologação da chapa, dirigindo ao Conselho Diretor, expressando sua intenção

Art. 36 - Caso qualquer chapa não seja nomologada pelo Conselho Diretor, tal decisão deverá ser submetida à apreciação da Assembleia Geral, antes do início da votação, para que seja ratificada a decisão do Conselho Diretor ou revogada a decisão e homologada a chapa.

Art.37 - Havendo mais de uma chapa as eleições far-se-ão por voto, mediante o depósito em uma da cédula que contera as chapas conco rentes identificadas com os números da ordem cronológica de sua inscrição.



CEP: 86930-000

Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candotti São João do Ivai/FR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

e-mail: asilosaoloure ucosji@outlook.com

Art. 38 – Encerrada a votação, quem estiver secretariando a Assembleia Geral fará contagem a conferência pública dos votos, eliminando as cédulas em branco ou assinalados com mais de uma chapa, casos que serão considerados como voto nulo.

Art, 39 – Após a recontagem dos votos, o Presidente da Assembleia Geral proclamará a chapa vencedora, devendo todo o processo eleitoral consta em ata.

TITULO IX - DA ESCRITURAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 - O conselho Diretor da instituição deverá apresentar prestação de contas parcial a cada 06 (seis) meses de mand ito, bem como pres ação de contas completa ao final do ano civil e ao final do mandato. Em ambos os casos, ocorrerá no prazo de 30 dias contados do marco temporal correspondente.

Art. 41 - A escrituração e prestação de contas observarão, no mínimo:

- Os principios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - A publicidade, por qualquer meio eficaz, preferencialmen e divulgando na imprensa local, na ocasião da ocorrências dos prazos do artigo 40, co ocando à disposição para o exame dos interessados toda a documentação administratir a e financeira;

III – A realização de auditoria independente, nos casos previstos na legislação;

IV - A publicidade de todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre.

Art. 42 - Para efeito de encerramento do Balanço Patrimonial Anual e do Demonstrativo dos Resultados do Exercício e das Notas Explicativas, observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis devendo ser feita em livros revestido de formalidades legais, serem publicados nos plazos previstos de acordo com as exigências legais.

Parágrafo Único - Quando o termino do mandato da Diretoria não coincidir com o do ano civil deverá ser providenciado a competente prestação de contas, devidamente instruida com balancete extraordinário, certidões e o relatório de atividades.

TITULO X - DOS SERVIDORES DA INSTITUIÇÃO

Art. 43 - Os empregados do quadro proprio da Instituição serão admitidos através de livre contratação, observando a qualificação profissional o aperfeiçoamento e a experiência do profissional desejado. Serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e vinculados ao Regime Geral da Previdênc a Social (INSS).



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candotti CEP: 86930-000 São João do Ivai/PR

Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/001-14

e-mail: asilosaolourencosji@outlook.com

Parágrafo único. Será permitido que a instituição receba funcionários cedidos pelos Municípios conveniados e/ou de outros orgãos da Administração Pública direta ou indireta, seja Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 44 - A instituição contará com o número minimo dos seguintes profissionais em seu quadro funcional:

I - 06 (seis) Cuidadores(as) de Idosos:

II – 01 (um (a) Serviços gerais para lavagem das roupas;

III – 02 (duas) Serviços Gerais para limpeza;

IV - 02 (duas) Cozinheiras;

V = 01 Um(a) Fisioterapeuta;

VI - 01 Um(a) Psicólogo(a).

VII - 01 Um(a) Assistente Social:

VIII - 01 Um(a) Nutricionista;

IX - 01 Um(a) Técnico de Enfermagem:

X – 01 Um profissional para Coordenação.

Parágrafo único - O profissional contratado para coordenação deverá, preferencialmente, possuir experiência com gestão de instituições, sejam públicas ou particulares, ou experiência em gestão de orgãos públicos.

Art. 45 - Em casos excepcionais, sem admitido a contra ação de profissionais ou colaboradores mediante contrato por prazo determinado e/ u prestação de serviços, com duração não superior a 06 (seis) meses, admitir lo renovação caso seja necessário

Art.46 -Será admitida a contratação com pagamento por die trabalhado nas seguintes hipóteses:

 I – Acompanhamento de acolhidos em viagens, consultas ri édicas, internação, dentre outros:

II – Concessão de férias a colaborador efetivo;



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Cai dotti CEP: 86930-000 São João do Ival/F R Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119:0001-14

e-mail: asilosaolour a icosji@outlook.com

III - Realização de serviços de manutenção e reparação da estrutura física da instituição:

IV - Outras situações que se fizerem necessária, desde de damente aprovadas pelo Conselho Deliberativo e autorizadas pelo Conselho Diretor.

TÍTULO XI - DA AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Art. 47 - Entende-se e equipara-se a bens e serviços, todo e qualquer produto que haja necessidade de aquisição pela Instituição, inclusi e gêneros alimentícios, medicamentos, vestuário, móveis, combustivel, material de el critório, dentre outros,

Art.48 - Para aquisição de bens e serviços de que se trata o artigo anterior, deverá ser feito o levantamento de no mínimo 03 (três) orçamentos em ∈stabelecimentos distintos, que deverão conter o nome do estabelecimento. CNPJ (ou CPF em se tratando de prestação de serviço por pessoal física) descrição de cada produto, valor unitário e valor total do item, além do valor total do o camento requisitar o.

Parágrafo único: Em se tratando de gêne os alimentícios, medicamentos e material de escritório, é permitida a realização de cotação anual, admitir do alterações quanto aos valores praticados, em caso de instabilidade inflacionária.

Art. 49 - Optara então a instituição pela aquisição do bem ou serviço no estabelecimento que fornecer o menor valor em orçamento podendo ser dividido por tens, a critério da instituição.

Art.50 - Fica dispensada a requisição de orçamentos em se tratando de produtos ou serviços fornecidos por limitados estabelecimentos e profisionais, ou somente por estabelecimentos localizados em municípios vizinhos.

Art.51 -Poderá a administração submeter pedidos de dispensa da obrigatoriedade ao Conselho Deliberativo, que deverá aprovar por sua maior a, bem como deverá ser autorizado pelo Conselho Diretor.

TÍTULO XII - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 52 - Constituem infrações disciplir ares dos Colabo adores e Associados da Instituição, a prática dos atos previstos no art. 482 da CLT e a prática de outros atos que atentem contra o patrimônio e as finalidades da instituição, e ainda quanto aos integrantes dos conselhos, a violação dos princípios inerentes à Administração de Associações

Art.53 - A prática das infrações disciplinares na forma prevista no artigo anterior está sujeita às sanções administrativas, como advertência, suspensão, demissão ou destituição de cargo, as quais serão aplicadas por delibera ão do Conselho Diretor a depender da gravidade da infração.

Parágrafo único. As sanções dispostas no caput deste a tigo serão aplicadas sem prejuizo das sanções penais e civis cabiveis.



Rua: Santa Catarina, 260 Bairro: Jardim Candotti CEP: 86930-000 Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

São João do Ival/FR

e-mail: asilosaolourencosji@outlook.cor

Art.54 - Visando garantir sempre o contraditório e ampla defesa, será instaurado Procedimento Disciplinar, que apurará o suposto ilícito praticado, seguindo as diretrizes pactuadas neste capitulo.

Art.55 - A denúncia de irregularidades praticada por colab rador ou Membro de um dos conselhos da Instituição será recebida, por escrito, pelo Presidente do Conselho Diretor que, no prazo de 10 (dez) dias, entendendo haver indicios suficientes, nomeará através de portaria 03 (três) membros do Conselho deliberativo para conduzir o Processo Disciplinar.

Parágrafo Primeiro: Entendendo não haver indícios de irregularidades na denúncia, devera o Presidente do Conselho Diretor manifesta se pelo arquivamento, submetendo ao crivo do Conselho Deliberativo que em assembleia extraordinária, poderá, por maioria simples, confirmar a decisão do Presidente do Conselho Deliberativo ou Recusar o arquivamento, determinando a apuração da irregularidade.

Parágrafo Segundo: Na hipótese do conselho deliberativo recusar o arquivamento da denúncia de irregularidade, a decisão será comunicada ac Presidente do Conselho diretor que seguirá o rito do caput deste artigo.

Art. 56 - Instaurado o Processo Disciplinar, a comissão tera o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma unica vez por igual período, para concluir as diligências que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos, sendo imprescindível a citiva de todos os envolvidos, devendo encaminhar ao Presidente do Conselho Diretor relatório conclusivo opinando pela procedência ou não da denúncia, bem como deliberando quanto à aplicação de punição, caso necessário.

Art. 57 -Os membros do Conselho Diretor então se reunira o para analisar o relatório no prazo de 10 (dez) dias, apresentando então decisão final sobre o caso.

Art.58 - Em se tratando de processo Disciplinar envolvendo membro do conselho Diretor, os ditames serão regidos pelo presidente do Consell o deliberativo.

TÍTULO XIII - DISPOSIÇÃO FINAIS

Art. 59 - O Lar São Lourenço não pagará aos conselheiros, associados, voluntários, benfeitores ou equivalentes, nem estes poderão cobrar ou eceber de terceiros, direta ou indiretamente, qualquer remuneração, comissão, verbe sucumbência, vantagem, prêmio ou benefício, por qualquer forma ou título, em razão das atribuições, funções, assessorias ou de qualquer atividade exercida que lhes seja n atribuídas ou de serviços a qualquer título prestado a Instituição

Art. 60 - A associação não distribui aos membros, aos membros dos Conselhos ou qualquer colaborador resultados, divide irlos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto e aplica ir tegral e exclusivamente no território nacional suas rendas, recursos e eventual resultado operacional n manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.



Rua: Santa Catarina, 201 Bairro: Jardim Condotti CEP: 86930-000 São João do Ivai PR Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

e-mail: asilosaolourencosji@outlook.com

Art. 61 – Os membros dos Conselhos da Associação não serão responsáveis pessoais, solidária ou subsidiariamente por atos praticados no exercício dos mandatos, ressalvados os casos de dolo ou má-fé, que venham a caus ir prejuízo à Associação ou a terceiros.

Art. 62 - O exercício social da Instituição coincidirá com o a lo civil.

Art. 63 – A posse dos membros dos diferentes Conselhos da Associação dar-se-á no dia 12 (doze) do mês de maio, dos anos pares, após o encurramento da eleição, ou no primeiro dia útil subsequente, quando recairem em sábados domingos ou feriados.

Art. 64 – É expressamente proibida a contratação pela Instituição de serviços direta ou indiretamente remunerados a qualquer título, inclusive por terceiros a serem prestados, agenciados, intermediados por pessoas físicas ou jurídicas de qualquer forma vinculada aos membros, em razão de parentesco em linhas reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau, om como cónjuge e a companheiros.

Art. 65 - É expressamente proibido à Associação convênios, acordos, parceiras ou qualquer espécie de compromissos com entidades públicas ou privadas, que venham implicar alteração ou interferência direita ou indireta na sua administração

Art. 66 – A Instituição é expressamente proibida de servir como fiadora, avalista, garantidora de divida a qualquer título bem como de emprestar ou doar valores a quem quer que seja.

Art. 67 – Ficam revogadas quaisquer disposições que contrariem o presente Estatuto, permanecendo inalterada, entretanto, até o final dos atunis mandatos a composição dos atuais Conselhos.

Estatuto aprovando em Assembleia Geral Extraordinária de 04 de Outubro de 2022.

Guberto Vicentin dos Santos

Presidente do Lar São Lourenço

Jeferson Luiz Adoni

Advogado OAB/PR 75.916

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Avenida Caritiba, nº 744 - Centro - CEP: 86.930-000. (42) 3477-1106

SELO Nº 1319MReqdOvz9sIhdSAMDanMs

Consulte esse selo am http://norus.funarpen.com.br/consulta

PROTOCOLADO SOS Nº 14.083 LIVRONº A-008 - AVERBADO AO REGISTRO Nº 257 ARQUIVO Nº 127 AVERBADO SOB Nº 19

São João eo Ival-PR. 13 de roberto de 2022.

John Saparon Carvaino

Escrevente Emolumentos: R\$24,60(VRC 100,00), Funrejus; R\$9,92, FUNDEF: R\$1,23, Selo: R\$1,50, Distribution: R\$9,71, Diligência: Não incide, Fotocópia: Não incide, Fotocópia: Não incide. Total: R\$45.96 DDGUMENTO REGISTRADO POR MEIO ELETRÔNICO

REGISTIO CIVIL TITULOS E DUCUMENTOS E DE PESSOAS JURIDICAS

ODILON CAR WILMO JUNIOR OFICIAL DESIGNADO
JULIANA GASPAROTI CARVALHO ESCREVENTE JURAMENTADA
GUSTAVO JAMELLI MARTINUCHO
ESCREVENTE SÃO JOÃO DO IVAL-PR Comerca de São João do Ival - PA



Rua Antonina Conde Vilas Boas, 260 - São João do Ivaí - PR - Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

Email: asilosaolourencosji@outlook.com

PLANO DE TRABALHO 2024-2025

1 - IDENTIFICAÇÃO				
Razão Social:	Lar São Lourenço			
CNPJ:	77.649.119/0001-14			
Endereço:	Rua Antonina Conde Vilas Boas, nº 260 CEP: 86930-000			
Bairro:	Jardim Candotti Município: São João do Ivaí/PR			
Telefone:	(43) 98409-0147			
E-mail:	asilosaolourencosji@outlook.com			
Horário de Funcionamento:	24hrs ininterrupto			

2 - RESPONSAVEL LEGAL			
Nome:	Cleuza	a de Souza Oliveira	
Telefone:	(43) 99	9906-5479	
RG: 3.224.893-4	CPF:	409,907.709-82	
Data do Início do Mandato:	11/03/2024		
Data do Término do Mandato:	11/03	/2026	

3 - RESPONSAVEL TECNICO	
Nome: Bruna Giordano Lopes N	logueira.
Telefone: (43) 99608 - 6768	E-mail: brunagiordano2012@hotmai.com
Cargo: Fisioterapeuta.	Crefito-8/ 191.380 - F

4 - EQUIPE DE TRABA Profissional/Função:	T	Escolaridade	Carga Horária/Semanal
Coordenador	1	Nível Superior/Técnico	40 horas
Auxiliar Administrativo	1	Nível Médio	44 horas
Assistente Social	1	Nível Superior	15 horas
Nutricionista	1	Nível Superior	8 horas
Psicólogo	1	Nível Superior	16 horas
Fisioterapeuta/ Responsável Técnico	1 '	Nível Superior	30 horas
Cuidador Diurno	4	Nível Médio/Técrico	12/36h
Serviços Gerais	2	Nível Fundamental ou Médio	12/36h
Cozinheira	2	Nível Fundamental ou Médio	12/36h
Cuidador Noturno	4	Nível Médio/ Técarço	12/36 h
Cuidadora Diurna	1	Nível Médio	44 horas
Lavanderia	2	Nível Fundamental ou Médio	12/36h



Rua Antonina Conde Vilas Boas, 260 - São João do Ivaí - PR - Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

Email: asilosaolovrencosji@outlook.com

5 - DESCRIÇÃO DO PROJETO:				
TÍTULO DO PROJETO	Período de Execu	ıção		
Transferência Voluntária	Início 15/10/2024	Término 15/10/2025		

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Constitui objeto deste Termo a conjugação de esforços entre os partícipes com a finalidade de promover a parceira do Lar São Lourenço com o município de Santa Maria do Oeste- PR, com vista à oferta de vaga para acolhimento de pessoas idosas encaminhadas por este município, conforme a disponibilidade de leitos na instituição.

METAS

Garantir aos idosos:

- · Defesa da garantia dos direitos das pessoas acolhidas na entidade;
- Evitar o isolamento pessoal, através das atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica Interdisciplinar e a comunidade local de forma que todos os idosos assistidos pela instituição tenham uma melhoria da qualidade de vida.
- Fortalecimento dos vínculos familiares, através da acolhida, atendimento, visitas e convivência familiar, bem como outros procedimentos;
- Garantir a todos os idosos a documentação pessoal, benefício ou aposentadoria;
- Promover espaço de escuta diferenciada, respeitando a individualidade do idoso;
- Acesso aos direitos socioassistênciais;
- Fortalecimento da convivência comunitária com a participação em atividades comunitárias;
- Atendimento de pessoas idosas do município de Santa Maria do Oeste PR, que estão acolhidas e que venham a necessitar do serviço de alta complexidade.



Rua Antonina Conde Vilas Boas, 260 - São João do Ivaí - PR - Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

Email: asilosaolo | encosji@outlook.com

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:

O Lar São Lourenço foi fundado em Junho de 1977, iniciou suas atividades como entidade asilar em 15 de Setembro de 1978, com a denominação de "Asilo São Lourenço", com sede na Rua Santa Catarina nº 260, Jardim Candotti, São João do Ivaí/PR. Com a finalidade de acolher idosos em situação de risco social de ambos os sexos, sem distinção de raça, ideologia político partidária ou religião. O Lar é uma associação de direito privado, beneficente, de assistência social, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com natureza de Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI.

Considerando o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas décadas, mudou-se o perfil demográfico e rapidamente o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas; se fazendo necessário o serviço de acolhimento institucional de longa permanência para idosos, pautados na Lei 10.741, de 1 de Outubro de 2003 que dispões sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, no capitulo dos Direitos Fundamentais o art. 9° - " ser obrigação do estado, garantir a pessoa idosa a proteção a vida e a saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade"; e ainda em seu artigo 33 - "A Assistência Social aos idosos será prestada de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes".

Neste sentido, o Lar São Lourenço de São João do Ivaí-Pr tem por finalidade a prestação de serviços de acolhimento institucional para idosos, na área de Assistência Social, proporcionando-lhes proteção social especial de alta complexidade, nos termos da resolução/CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009.

Atualmente o Lar São Lourenço de São João do Ivaí/PR, atende 34 (trinta e quatro) idosos, sendo a única Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI no município e na comarca, regularmente constituída com reconhecimento filantrópico e com capacidade técnica estrutural para prestar serviços socioassístenciais de proteção especial de alta complexidade aos idosos.

A parcería com o poder público municipal segue o que está proposto neste Plano de Trabalho, onde o presente documento estábelece os seguintes valores: o convênio é de R\$ 1.246,24 (mil duzentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) mensal, estando o



Rua Antonina Conde Vilas Epas, 260 - São João do Ivaí - PR - Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

Email: asilosaolo: r-ncosji@outlook.com

município ou não com idosos acolhidos, este valor soma com os seguintes valores, sendo o valor de R\$ 1.869,36 (mil oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) para cada idoso acolhido considerando o Grau I de Dependência e o valor de R\$ 2.492,48 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) para cada idoso acolhido considerando o Grau II e III de Dependência.

O acolhimento da pessoa idosa seguirá o procedimento estabelecido no Regimento Interno desta instituição, Estatuto da Pessoa Idosa e princípios da Política Nacional de Assistência Social. A vaga será solicitada mediante ofício pela equipe técnica do CREAS, depois de esgotadas todas as possibilidades de a pessoa idosa permanecer na família, seja, por vínculos fragilizados ou rompidos e pela inexistência desta. A instituição responderá o ofício do CREAS, informando se há disponibilidade de vaga. Cabe destacar que a vaga será disponibilizada mediante Termo de Fomento e conforme disponibilidade de leitos na instituição, considerando que esta entidade apresenta capacidade para atender 38 (trinta e oito) pessoas idosas, as quais são separadas por ala feminina e masculina. Cabe destacar que o presente Plano de Trabalho irá trabalhar com a realidade de idosos acolhidos, onde não serão reservadas vagas ao município.

O Lar São Lourenço atualmente atende 04 (quatro) pessoas idosas de origem do município de Santa Maria do Oeste-PR, sendo (01) um idoso com Grau I de Dependência; (01) um idoso com Grau II de Dependência e (02) dois idosos com Grau III de Dependência, o que justifica o presente plano de trabalho, ou seja, a busca de esforços e parceria para atender a demanda do município no acolhimento institucional de pessoas idosas, em contrapartida o poder executivo municipal auxilia no repasse de recursos financeiro para a manutenção do serviço.

O recurso da parceria será destinado para o custeio de **Obrigações Patronais**, com vista a auxiliar no custeio das despesas da instituição. Cabe informar que o presente Plano de Trabalho será atualizado diante do acolhimento e falecimento de idosos no Lar São Lourenço.

Cabe informar que o presente Plano de Trabalho será atualizado diante do falecimento e de novos acolhimentos de pessoas idosas no Lar São Lourenço, bem como poderá sofrer alterações considerando o aumento do custo do idoso e o Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA.



Rua Antonina Conde Vilas Boas, 260 - São João do Ivaí - PR - Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

Email: asilosaolourencosji@outlook.com

Meta	Etapa	Especificação	Duração		
.vicea	Fase		Unidade	Início	Término
01	01	Proporcionar moradia em quartos coletivos, vida social, 6 refeições diárias, vestuário, cuidados com a higiene pessoal e das roupas, acompanhamento nutricional, social, psicológico e de fisioterapia.	04 Pessoas Idosas Acolhidas	15/10/2024	15/10/2025
		Em relação à assistência médica especializada, auxílio funeral, exames especializados e medicamentos de alto custo serão de TOTAL responsabilidade do município de origem.			

Natureza d Código Específicação		1
Cádigo Especificação		1222200 200
Course	Valor Mensal	Total Anual
3.1.90.13.00.00 Despesas com: Obrigações Patronais	R\$ 10.593,04	R\$ 127.116,48

O Plano de Trabalho será devidamente atualizado caso haja acolhimento de idoso conforme Grau de dependência I, II, e III, como segue apresentado no cronograma de desembolso.

Meta	Unidade	Valor por idoso acolhido	Quant.	Valor Mensal	Período	Valor Anual
	Valor do Convênio	R\$ 1.246,24	91	R\$ 1.246,24	12 meses	R\$ 14.954,88
04	Grau I de Dependência	R\$ 1.869,36	01 idoso	R\$ 1.869,36	12 meses	R\$ 22.432,32
Pessoas Idosos	Grau II e III de Dependência	R\$ 2.492,48	03 idoso	R\$ 7.477,44	12 meses	R\$ 89.729,28
				R\$ 10.593,04		R\$ 127.116,48

Mensalmente o Lar São Lourenço emitirá recibo com o valor correspondente à quantidade de idosos acolhidos na instituição com seu Grau de Dependência e respectivo valor.

Caso o município necessite de mais vagas irá depender da disponibilidade de leitos na instituição, o presente Plano de Trabalho será alterado conforme novos acolhimentos e falecimentos.



Rua Antonina Conde Vilas Boas, 260 - São João do Ivaí - PR - Celular: (43) 98409-0147 CNPJ: 77.649.119/0001-14

Email: asilosaolovrencosji@outlook.com

9 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de direito, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma desse Plano de Trabalho.

Pede Deferimento,

São João do Ivaí-PR, 24 de setembro de 2024.

Cleuza de Souza Oliveira Presidente do Lar São Lourenço CNPJ 77.649.119/0001-14

	10 - APROVA	ÇÃO PELO CONCEDENTE
Aprovado Santa Maria do O	este - PR em//_	
7, 4		
		Oscar Delgado Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste -PR

Licença Sani aria



LICENÇA SANITÁRIA Nº 202400010000007

VENCIMENTO: 19 / 06 / 2025

Razão Social:

LAR SAO LOURENCO Nome Fantasia: LAR SAO LOURENCO 77.649.119/0001-14

CNPJ: Endereço:

Santa Catarina, 260 - Jardim Cando t - Sao Joeo Do Ivai/PF - 86930-000

ATIVIDADES LICENCIADAS:

8711-5/02 - Instituições de longa permanência para ido los

LOCAL E DATA: Ivaipora, 19 de Junho de 2024

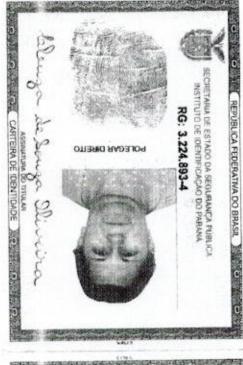
Silvia Box o Tsechuk Gestor da Vigilância Sanitária

Código de Autenticidade: 530898F3BABCB9913F63709CD7EFC363

Endereço para Validação: https://www.sievisa.sesa.pr.gov.br/sievisa/validarLicenca

22º Regional r . Saude de Ivaipora Rua Matogrosso, 780, Cen p - 86870-000 - Ivaipor - Parana Telefone: (43)3472-8700 (43)3472-8731

Página: 01/01





PREOSTRO GERAL: 3.224.893-4 DATA DE EXPEDIÇÃO: 1707/2013
NOME: CLEUZA DE SOUZA OLIVEIRA

FLUÇÃO: JOSE BATISTA DE SOUZA
ANA MARIA DE JESUS SOUZA

NATURALIDADE ITAMBARACAPR

DOC. ORIGEN: COMARCA-NADIRAPR, ITAMBARACA
C.CAS-1941, LIVRO-78, FOLHA-38

OPF: 409.907.709-82

CLIETTBAJPR

ASSINATURA DO DIGITOR

LEINOT 115 DE 2008/83

C. LEINOT 115 DE 2008/83